

DIVISÃO DE APOIO AS COMISSÕES	
COMISSÃO PARA A LÉTRA, A CIDADANIA E A COMUNICAÇÃO	
CPECC	
N.º ÚNICO	423177
ENTRADA / DATA N.º	133 DATA 29/02/2012

RÁDIO

AO ENCONTRO DO SERVIÇO PÚBLICO

Se falamos em Serviço Público falamos em assegurar *programação variada*, garantindo *diversidade e valorização cultural* através de programação de referência, educando os diferentes públicos, promovendo a sua valorização educacional.

O acesso ao *conhecimento* e à *aquisição de saberes* só é possível através de uma programação que promova o *sentido crítico do público*.

O Estado é a “entidade reguladora” do mercado, a única capaz e mandatada para com responsabilidade independente, poder ser o farol de uma sociedade que por força dos ciclos económicos, sempre temporais, tenderá a esquecer a sua matriz que a mitifica, individualiza e personifica.

O acto de comunicar está no cerne da globalização e da sustentação da diversidade cultural.

O direito à comunicação, por causa da globalização carece de pleno usufruto por parte das minorias culturais, sociais e linguísticas, porque num mundo em que todas as actividades se integram cada vez mais, a hegemonia de uma cultura tende a “pasteurizar” as outras, em função do seu poderio económico e tecnológico.

O actual fenómeno da globalização ou melhor mundialização é um processo de inter-relação entre sociedades e países. É caracterizada pela progressiva inter-relação entre diferentes sociedades do mundo nas esferas determinantes de dinâmica social: a económica, a política e a cultural.

A diversidade cultural representa o reverso da medalha da aculturação, operada pela globalização económica.

Há que saber quais as medidas a tomar para a defesa e preservação das culturas nacionais, admissíveis no concerto das nações.

Se por um lado, há quem defenda não ser admissível medidas proteccionistas ao nível económico, há quem defenda que os bens culturais, por estarem ligados intimamente à identidade colectiva dos povos, não deverão depender do potencial aproveitamento comercial.

A língua, que é o suporte e a expressão básica de uma cultura, encontra-se obviamente ameaçado a par e passo da diversidade biológica, com a qual se poderá comparar.

Há algo como 6500 línguas no mundo em menos de 200 Países, dando uma média de 30 línguas por país.

E se é verdade que a língua expressa uma variedade cultural específica é bem verdade que não há países monoculturais.

Vivemos uma época em que a cultura popular se encontra em vias de extinção; a cultura televisiva manipula e conduz tudo e todos, para uma trajectória consumista, castradora dos valores morais e de solidariedade; conduzindo irremediavelmente ao isolamento das pessoas, num diálogo surdo e fechado, limitando-as a ideias pré concebidas, por determinados líderes de opinião, que sublimarão ao consumismo e a razões destrutivas do livre pensamento e imaginação, onde a cultura não poderá ser o corolário de actividade subsidiária.

As propostas culturais podem conter componentes adequadas à responsabilidade social:

Serviços educativos, preocupações ambientais, integração e coesão social, prevenções de saúde.

De qualquer forma, a cultura servirá sempre para manter neste domínio, relações duradouras com a comunidade, estabelecendo comunicação directa e interventiva com o publico alvo, em nome da responsabilidade social.

Como tal, o serviço público tem por função, assegurar a *promoção da cultura portuguesa* e dos valores que exprimem a *identidade nacional*, de acordo com uma visão universalista, aberta aos diferentes contextos civilizacionais.

Bem como, terá sempre de garantir a transmissão de *programas de carácter cultural, educativo e informativo de forma diversa, plural e inter-geracional*.

A Rádio é um meio de comunicação prático, visto que com o passar dos anos ela tornou-se bastante pequena podendo ser transportada para qualquer lado. Quanto às notícias, também podemos dizer que se torna no meio de comunicação mais rápido de anunciar qualquer facto, ou seja, quase em tempo real. Atinge todos os destinatários, até mesmo os analfabetos.

Uma desvantagem porém é, o não podermos ver a notícia que nos está a ser transmitida. Todavia sem dúvida que é no tamanho, o menor sistema de comunicação e o maior em calcorrear distâncias, ultrapassando obstáculos e obstruções sejam eles quais forem, quer seja no domínio económico e social, quer seja no domínio cultural ou mesmo político.

É sem hesitação, o mais democrático dos meios de comunicação.

Daí que há muito que faz parte da sua historia, a sua emissão pelos meios mais simples e ortodoxos que conhecemos. Quer na guerra, quer na paz foi, e ainda é o mais simples método de comunicar em Claro ou mesmo em Cifra. Quem não se lembra dos Radioamadores e das Rádios piratas, transmitindo de todo o lado para todos os cantos do mundo; quem não se lembra do valor da B.B.C. em tempo de escuridão, provando haver quem tivesse a coragem de dizer, Sim ou Não.

A Rádio é acessível a toda a população, com ou sem meios proporcionados pela civilidade. Uma pilhazinha e um "Tijolo" e está feita a "Festa". Um vão de escada e uma varinha mágica e a emissão está conseguida.

Daí, fácil de perceber as consequências comportamentais, políticas e ideológicas, ou mesmo morais que os interesses económicos dominantes, poderão em nome da sempre proclamada liberdade, poder subverter na diversidade, na escolha e nas opções, em prol de lucrativas formas de contextualizar as normas, que uma vez sublimadas a esse Poder, diluiria de forma indelével, conceitos de consciencialização cívica, a que tanto atenta.

Cabe sem dúvida ao Estado e só a Ele a obrigação, de promover a *assimilação dos princípios, valores e direitos fundamentais* vigentes, reforçando as condições para o *exercício informativo da cidadania* e para o *desenvolvimento de laços de solidariedade social*.

Assegurar a possibilidade de *expressão e confronto das diversas correntes de opinião*, designadamente de natureza politica, religiosa e cultural.

O espaço radioelétrico é ou deve ser igualitariamente (independentemente do seu nível financeiro ou cultural) do direito pleno de todos os cidadãos. É social a sua utilização e função. É fundacional e formativa a sua utilização. É ainda lucrativa, e especulativas as suas potencialidades económicas, principalmente se o objectivo é exclusivamente comercial.

A sua livre e arbitrária utilização, tornarão a Cultura sublimar e sempre dependente dos critérios de avaliação permanente no domínio económico, que naturalmente sobreporá os seus interesses a outras obrigações que só ao Estado, cabe tutelar e garantir.

A permanente guerra das audiências a que as Rádios Privadas estarão sempre sujeitas, para assim angariarem os proveitos pelos quais o seu justo e independente negócio as faz debater, não pode ser rivalizado pelo Serviço Público, o que iria contrariar não só a diversidade e interesses, como também fazer perder toda a autoridade que o Poder Regulador sempre deverá ter, em todos os Sectores sociais e económicos da sociedade.

O Estado não é um Agente económico e como tal, não lhe cabe intervir na concorrência, mas antes saber ter a autoridade, pelo exemplo de boas práticas de ética e Conduta cultural.

Caberá por isso a todos os portugueses a obrigação de financiamento e manutenção da sua Rádio Oficial. Para assim poder dela exigir um Serviço lógico, intuitivo e responsável. Diverso e plural. Isento e democrático. E principalmente direccionado à promoção de toda a Cultura portuguesa, aonde a língua falada e cantada é o único exemplo de matriz global, que a historia há muito contemplou e o mundo abraçou. Hoje, mais do que nunca, se verifica que são as novas gerações após a publicação da Lei da rádio amplamente discutida, promovida e fiscalizada por este Parlamento, que vieram ao cabo de somente quatro anos, a influenciar e inverter definitivamente o fenómeno de produção; interesse e respeito pela utilização da nossa língua no canto e dança; de tal forma fez surgir, a confirmação pelo mundo, da nossa mais lídima e ancestral forma de cantar, os nossos sentimentos e ansiedades, caldeadas da voz dos poetas, desde sempre.

Só havendo um Serviço público honesto e moderno, é possível defender com integridade a musica em todas as suas vertentes, o teatro, a poesia, o desporto, o bailado, as artes diversas; e promovendo o diálogo e palestras, influenciar arbitrariamente as múltiplas e diversas correntes de opinião no domínio da cultura, política e moral, de forma descomprometida; tendo sempre como horizonte, a certeza do acesso de todos a tudo, de forma a não "chauvanizar" nem delapidar, todos os fenómenos e novidades universais no domínio da informação e cultura, que só a Rádio pode fazer.

Da Convenção dos Direitos do homem, retemos:

Art.14º- Todos os cidadãos têm direito a verificar, por si ou pelos seus representantes, da necessidade da contribuição pública, de consenti-la livremente, de observar o seu emprego e de lhe fixar a repartição, a colecta, a cobrança e a duração.

Art.15º- A sociedade tem o direito de pedir contas a todo o agente público pela sua administração

O Homem, globalmente, começa a sentir a necessidade de comunicar, interagir e auto responsabilizar-se, perante a observância fatal do conjunto de factos, que o reposicionam no contexto nas nações, das raças, das espécies e dos ecossistemas. Começa-se a perceber, quer as mudanças lentas que se foram incessantemente processando ao nível do globo no sentido negativo, bem como aquelas que se terão de fazer reverter, também lentamente, para que não torne impossível viver num espaço, para o qual ainda se não encontrou alternativa.

Todos aqueles que queiram fazer parte da solução que do Mundo nos impele, terão, necessariamente de se tornar cidadãos activos na defesa e na luta pelas novas leis e tratados, que nos possam levar às diversas soluções globais. Já não nos poderemos limitar, à observação pura e simples de acontecimentos à escala global. Já não vivemos cada qual em sua redoma, esquecendo que interagimos no nosso dia-a-dia com o meio que nos rodeia, cabendo a cada um de nós conectarmo-nos a uma cadeia de acontecimentos, que cada dia que passa se torna mais íntima e mais própria à atitude responsável.

Se defendemos que a Gestão da Coisa Publica deverá ser profundamente criteriosa e profissional, mais ainda neste caso da Rádio, em que pelas razões atrás enunciadas, exige-se a total independência e competência que a não acontecer, vem comprometendo a função social do Serviço Publico que como já referi, jamais deverá ter o horizonte das outras congéneres de conceito comercial, mas antes com suprema inteligência, saber ser a referência no domínio da ética, para assim bem cumprir o desígnio na cultura e comunicação.

Os meios de comunicação de massa, embora se apresentem como sistema de cultura de massa, não foram construídos a partir das culturas populares.

Como instrumento de informação e de formação de opinião pública, constituem-se em aparatos ideológicos de poderosa e rápida eficácia.

Como consequência, a tentação da manipulação da comunicação social sob a égide das leis do mercado, é sempre tangencialmente a desculpa de modernidade e desenvolvimento.

Para garantirem o desejado nível de audiência, não se privam de induzir os utilizadores à transgressão, à vulgaridade e à violência; quando chegam mesmo a propor modelos enganosos de desenvolvimento económico que, em vez de diminuir, aumentam o desnível entre ricos e pobres, certamente que a sociedade não se torna mais justa nem mais solidária.

A informação poderia bem ser, deturpar, omitir, admitir ou promover dimensões éticas das coisas, dos factos e das ideias.

Relações planetárias mais equidistantes, requerem coragem, determinação, e organização para se superar o pensamento paralisante actual, e encarar uma acção colectiva e solidária, capaz de com nossos filhos e netos, transformarmos o mundo para os que estão para chegar.

Cada escolha trará consigo suas consequências e, por isso, cada decisão implicará suas responsabilidades. As escolhas aí também precisam ser norteadas por certos factores, tais como: a linha editorial seguida pela empresa, a imagem do perfil moral do público-

alvo, o ambiente de concorrência mercadológica, o contexto social e histórico no qual o facto está inserido, entre outros.

O mundo corporativo das comunicações precisa sim, enfatizar e vigorar os vínculos entre a ética e a qualidade.

A rádio não substituiu o jornal, a TV não acabou com a rádio e a Internet não vai ocupar o lugar de ninguém. Ela é uma mídia de novo tipo, na verdade um viveiro de info-mídias interactivas, com difusão ultra-rápida, intermitente, extensiva e multidimensional. É pois viável combinar os instrumentos de acção político-cultural que o real e o virtual fornece, sem perder de vista que no território físico, socialmente reconhecido e vivenciado, se tece o imaginário do futuro.

A extraordinária tecnologia, contemplada de perfeição e rapidez na circulação de notícias, no conhecimento dos factos e na divulgação do saber, pode contribuir para uma sociedade mais justa e solidária.

Somos um país muito antigo, de grandes e antigas responsabilidades mas também pequeno e de escassos recursos. Encarar tal realidade, é tornar possível confrontarmos-nos através das nossas limitações, com as nossas obrigações.

O Serviço público, seja na rádio ou na televisão, tem de ter a noção dos nossos recursos, sem olvidar a obrigação vocacional.

A megalomania portuguesa, não pode de forma alguma encher o ego de profissionais que para se justificarem tecnicamente, encham o serviço público de formatos importados e duvidoso gosto, que esvaziam as ideias e particularidades lusíadas, bem para além dos nossos bolsos.

Termino, realçando ainda que a lei estabelece que às rádios compete contribuir para a valorização cultural da população, assegurando a possibilidade de expressão e o confronto das diversas correntes de opinião, através do estímulo à criação e à livre expressão do pensamento e dos valores culturais que traduzem a identidade nacional; tudo isto para além da sua obrigação em defenderem e promoverem a língua portuguesa.

E o exemplo vem de cima, o mesmo dizer que desta mui respeitável Casa, diversa e plural em todas as vertentes, se espera a primeira atitude superiormente independente e supra partidária, autonomamente da aritmética logaritma ou não.

Serviço Público não tem de estar forçosamente governamentalizado. Todos o esperamos, todos sabemos que a maioria política nunca foi a maioria física e moral desta nação. Que nos deixem agentes culturais assumir responsabilidades e saberemos também contribuir para o Estado, não só no domínio fiscal.

Façamos uma rádio á nossa medida e de vocação comunitária.

A comunicação e a educação estão intimamente ligadas. A comunicação é a forma de expressar o que se quer dizer, com um determinado conhecimento, para alguém que quer compreender a mensagem a ser dita. Já a educação por meio de um processo de formação, torna o individuo apto a organizar as ideias e, a partir daí, comunicar-se de forma eficiente.

A rádio só trabalha com palavras, musicas, ruídos, silêncios, sons diversos - não há um sistema de sinais, para que o receptor veja a mensagem como na TV e demais veículos. É o mais simples e democrático dos meios de comunicação.

Nuno de Carmo Pereira